DIÁRIO DO GRANDE ABC
Publicado em 07/06/2024 - 08:17

Credores questionam recuperação extrajudicial do Grupo Casas Bahia

Credores questionam recuperação extrajudicial do Grupo Casas Bahia

Plano, que contempla R$ 4,1 bilhões, foi protocolado pela empresa no fim de abril e prevê prazo de 30 meses para quitação

O Grupo Casas Bahia informou que dois credores – a Opea Securitizadora e a Pentágono Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – apresentaram impugnações ao plano de recuperação extrajudicial pedido pela empresa no fim de abril e sua homologação.

Em fato relevante enviado à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a Casas Bahia se manifesta e classifica as impugnações como 'desprovidas de mérito' e que deverão ser rejeitadas pela Justiça.

A varejista afirma que o plano atende a todas as exigências legais aplicáveis e tem o apoio de aproximadamente 55% dos créditos sujeitos a renegociação, suficientes para atender o quórum mínimo necessário para sua homologação na forma da lei e vinculação aos seus termos de 100% dos créditos, incluindo as emissões de debêntures representadas por Opea e Pentágono.

Claudinei Plaza 19/2/24

ESTRATÉGIA. Empresa diz que impugnações não possuem 'mérito'

"A companhia responderá às impugnações no prazo legal e manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre quaisquer desdobramentos relevantes a respeito do assunto", diz.

ENTENDA O CASO

O Grupo Casas Bahia entrou com pedido de recuperação extrajudicial em 28 de abril – foi aceito pela Justiça no dia seguinte – para dívidas que somam R$ 4,1 bilhões. O pedido já é pré-acordado com os principais credores, que detém 54,5% dos débitos e, portanto, deve ser aplicado também aos demais credores pulverizados, dentre eles, pessoas físicas.

Nos cálculos da empresa, o novo perfil da dívida preserva R$ 4,3 bilhões de caixa até 2027, sendo R$ 1,5 bilhão somente em 2024. Como contrapartida, os principais bancos credores ganham o direito de converter 63% dos valores que lhe são devidos em ações da varejista.

O acordo inclui uma carência de 24 meses para quitação de juros e 30 meses para pagamento de principal. Assim, antes da renegociação, a empresa desembolsaria, até 2027, R$ 4,8 bilhões. Agora, a empresa terá de arcar, no mesmo prazo, apenas com R$ 500 milhões. **da Redação** (com agências)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Economia **Pagina:** 5

Copyright © Clipclap 2025.